



Delta 2 Energia S.A.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas de 2021

Índice

BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	8
3. GESTÃO DE RISCOS	10
4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS	13
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	13
6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	14
7. INVESTIMENTOS	14
8. IMOBILIZADO	15
9. TESTE DE IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS.....	16
10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	18
11. FORNECEDORES	20
12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS.....	20
13. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES	20
14. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	21
15. PARTES RELACIONADAS	21
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23
18. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS.....	24
19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	24
20. RESULTADO FINANCEIRO.....	24
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	24
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	26

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	162	345	27.594	21.579
Contas a receber de clientes	5	-	-	37.439	37.415
Dividendos a receber	6	5.063	4.072	-	-
Outros créditos	6	625	625	7.768	4.436
		5.850	5.042	72.801	63.430
Não circulante					
Caixa restrito	4	-	-	13.588	12.499
Clientes		-	-	-	713
Outros créditos	6	-	-	128	-
		-	-	13.716	13.212
Investimentos	7	158.155	147.779	-	-
Imobilizado	8	-	-	336.396	353.640
Intangível	9	-	-	12.953	13.782
		158.155	147.779	349.349	367.422
		158.155	147.779	363.065	380.634
Total do ativo		164.005	152.821	435.866	444.064
Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Fornecedores	12	57	53	3.824	5.981
Empréstimos e financiamentos	11	4.321	2.464	19.496	17.252
Obrigações trabalhistas e tributárias		4	-	2.274	2.284
Passivos de arrendamentos	15	-	-	1.372	1.319
Outras obrigações	13	2.728	621	11.986	10.787
		7.110	3.138	38.952	37.623
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	27.575	28.916	252.920	268.599
Fornecedores	12	-	-	-	2.494
Passivos de arrendamentos	15	-	-	13.231	13.247
IRPJ e CSLL diferidos	14	-	-	1.345	1.243
Outras obrigações	13	-	-	98	91
		27.575	28.916	267.594	285.674
Total do passivo		34.685	32.054	306.546	323.297
Patrimônio líquido					
Capital social	16	90.656	90.656	90.656	90.656
Reservas de capital		876	876	876	876
Reservas de lucros		37.788	29.235	37.788	29.235
Total do patrimônio líquido		129.320	120.767	129.320	120.767
Total do passivo e do patrimônio líquido		164.005	152.821	435.866	444.064

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	18	-	-	75.512	72.946
Custos da operação, conservação e compras	19	-	-	(34.609)	(40.251)
Lucro bruto		-	-	40.903	32.695
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas, pessoal e gerais	20	(18)	(89)	(3.145)	(2.268)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	(1.006)	104	(949)
Resultado de equivalência patrimonial	7	16.969	7.560	-	-
		16.951	6.465	(3.041)	(3.217)
Resultado operacional		16.951	6.465	37.862	29.478
Receitas financeiras	21	4	27	1.400	635
Despesas financeiras	21	(5.739)	(4.188)	(25.241)	(25.441)
		(5.735)	(4.161)	(23.841)	(24.806)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		11.216	2.304	14.021	4.672
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(2.805)	(2.368)
Lucro líquido do exercício		11.216	2.304	11.216	2.304

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	11.216	2.304	11.216	2.304
Outros resultados abrangentes		-		-
Resultado abrangente total	11.216	2.304	11.216	2.304

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Reserva de Lucros					Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Estatutária e de investimentos	Lucros acumulados	
Saldo em 1º de dezembro de 2019	90.656	876	1.659	25.820	-	119.011
Transações com acionistas						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.304	2.304
Reserva legal	-	-	115	-	(115)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(548)	(548)
Reserva de lucro estatutária e investimento	-	-	-	1.641	(1.641)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	90.656	876	1.774	27.461	-	120.767
Transações com acionistas						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.216	11.216
Reserva legal	-	-	561	-	(561)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.664)	(2.664)
Reserva de lucro estatutária e investimento	-	-	-	7.991	(7.991)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.656	876	2.335	35.452	-	129.320

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11.216	2.304	14.021	4.672
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	18.285	18.522
Resultado de equivalência patrimonial	(16.969)	(7.560)	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, e arrendamentos	5.419	3.935	23.660	23.049
Receita financeira de aplicações financeiras	(4)	-	(1.400)	(611)
Outros	71	71	100	101
	(267)	(1.250)	54.666	45.733
(Aumento) redução nos ativos				
Clientes	-	-	658	5.086
Outros créditos	-	972	(3.370)	742
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	4	52	(4.651)	(17.330)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(4)	8	(10)	(1.401)
Outras contas a pagar	-	9	(910)	957
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(267)	(209)	46.383	33.787
Dividendos recebidos	3.047	-	-	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(2.853)	(2.635)	(19.705)	(20.556)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.761)	(2.368)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(73)	(2.844)	23.917	10.863
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	-	-	(212)	(397)
Aplicações financeiras	4	-	311	2.384
Redução de capital em controladas	2.555	4.715	-	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	2.559	4.715	99	1.987
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal – empréstimos e financiamentos	(2.122)	(2.122)	(16.136)	(15.427)
Dividendos pagos	(547)	(1.230)	(547)	(1.230)
Arrendamentos pagos	-	-	(1.318)	(1.291)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(2.669)	(3.352)	(18.001)	(17.948)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(183)	(1.481)	6.015	(5.098)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	345	1.826	21.579	26.677
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	162	345	27.594	21.579

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Delta 2 Energia S.A. (“Delta 2”, “Controladora” e “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado sediada em São Paulo, na Avenida Juscelino Kubistchek, no. 1830, 6º. Andar, conjunto 62. A Delta 2 é uma sociedade integralmente controlada pela Omega Geração 1 S.A. (“OE&I”). Em 12 de maio de 2017 a OE&I passou a ser uma sociedade integralmente controlada pela Omega Geração S.A. (“Omega”), por meio da integralização de suas ações pelos seus acionistas controladores ao capital da Omega.

Fundada em 2011, a Companhia detém participação em ativos de geração de energia elétrica com foco em energia limpa e renovável, que atuam, exclusivamente, na produção e comercialização de energia elétrica.

A Delta 2 e suas controladas diretas operam 3 empreendimentos, denominados complexo Delta 2 (“UGC Delta 2”), com capacidade total instalada para geração de 74,8 MW¹ de energia renovável, localizados nos estados do Piauí. A energia produzida é vendida por meio de contratos de longo prazo no ambiente regulado (ACR), obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação ou por meio de contratos em ambiente de livre negociação (ACL), cujos preços sofrem oscilações decorrentes da oferta e demanda de mercado. A Delta 2 opera parques eólicos e gerencia suas atividades de maneira consolidada, considerando apenas um único segmento de negócios e uma única unidade geradora de caixa (“UGC”).

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulado;
- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças;

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado, quando aplicável.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 31 de março de 2022, data em que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração.

¹ Informação não auditada.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Omega é o real ("BRL" ou "R\$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e de suas controladas ("controladas"). A política contábil para a classificação dos investimentos e sua consolidação está descrita na Nota 7.

Nome	Localização das operações	Atividade e UGC	% Participação total	
			2021	2020
Porto do Delta Energia S.A. ("Porto do Delta")	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Testa Branca I Energia S.A. ("Testa Branca I")	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Testa Branca III Energia S.A. ("Testa Branca III")	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

2.6 Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.7 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Imobilizado – vida útil e taxas de depreciação
10	Teste de <i>impairment</i> de ativos não financeiros

2.8 Efeito do Novo Coronavírus nas Demonstrações Financeiras

A Companhia vem acompanhando o avanço da pandemia do novo Coronavírus (“Covid-19”) e não foi observado até a data da apresentação destas demonstrações financeiras nenhum impacto relevante em suas atividades, embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos dessa pandemia. Também foram adotadas medidas de segurança para as unidades administrativas com o objetivo de manter a continuidade das atividades conforme determina o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. A Companhia seguirá observando atentamente o desenvolvimento desse assunto, bem como seus eventuais impactos financeiros.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Delta 2 realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio. A estratégia de gestão de riscos da Delta 2, integrada à estrutura de gestão da sua controladora Omega, objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla as áreas operacionais, financeira, jurídica, regulatória, gestão de pessoas e *funding*.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- Riscos operacionais: relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, desvios de geração de energia, pessoas e processos internos;
- Riscos climáticos: relacionados a estimativas de afluências e ventos nas sub-regiões climáticas onde estão localizados os ativos;
- Riscos de mercado: relacionados a preços, inflação e taxas de juros;
- Risco de crédito: relacionado aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- Risco de liquidez: relacionado ao não cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção (“O&M”) de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o próprio fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir a disponibilidade e a eficiência operacional das usinas, sendo mantidos planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de

energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode gerar custos adicionais. A área de gestão de pessoas da Companhia possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Companhia contam com um sistema de gestão integrado (“ERP”) – *Enterprise Resource Planning*) que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Omega e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico.

3.2 Risco climático

Os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além disso, para as obrigações anuais são definidas bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para os ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas. As variações de geração são equalizadas anualmente quando a geração acumulada estiver acima ou abaixo dessas bandas e são ajustadas pelos preços e penalidades definidas previamente nos contratos.

3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos, financiamentos e debêntures e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, TJLP e índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário, o que representa um hedge natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação.

A Delta 2 comercializa energia no ACR e no ACL. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Parcela substancial da energia comercializada está vinculada aos contratos no ACR, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços. Eventualmente, com vistas a ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Companhia pode adotar o expediente da desconstrução de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

No ACL, a Companhia procura vender gradativamente a energia disponível, com vistas a preços atrativos e à minimização do risco de exposição aos preços de curto prazo (spot ou PLD). Na parcela dos ativos vinculada ao ACL, a diferença entre a geração e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do mercado de energia podem afetar os preços de mercado.

3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia, por meio de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes. Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação da carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Delta 2 busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito na data base da demonstração financeira, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.594	21.579
Clientes	5	37.439	37.415
Caixa restrito	4	13.588	12.499
Total		78.621	71.493

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Delta 2 não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNDES e arrendamentos operacionais, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados na Nota 11.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação individualmente. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou de mútuo para coberturas pontuais de caixa.

A Companhia busca relacionamento bancário regular para manter atualizado seus limites de crédito junto às instituições financeiras parceiras no intuito de estar preparada para obter, se necessário, linhas de crédito para auxiliar na gestão de liquidez de curto prazo.

3.6 Seguros

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Companhia, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. Além disso, a Companhia possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. A Companhia acredita que há baixo risco de impacto financeiro decorrente de eventual interrupção em um dos seus negócios dada a diversificação de seu portfólio. O valor total de cobertura de seguros é de aproximadamente R\$449 milhões. A Companhia acredita que mantém seguros adequados ao

mercado de atuação da Companhia no Brasil. As premissas de riscos adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas por nosso auditor independente.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate, junto ao próprio emissor, em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Bancos	124	135	7.645	7.055
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	38	210	19.949	14.524
Caixa e equivalentes de caixa	162	345	27.594	21.579
Aplicações financeiras - Caixa restrito	-	-	13.588	12.499
Total	162	345	41.182	34.078

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e cotas de fundos de investimentos em títulos públicos, com liquidez diária e resgatáveis junto ao emissor.

As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos junto ao BNDES, descritos na Nota 11.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e representam os valores a receber pela venda de energia efetuadas pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

A política contábil sobre o reconhecimento de receitas está apresentada na Nota 20.

	Consolidado	
	2021	2020
Consumidores livres e distribuidoras	36.174	32.594
MCP – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica “CCEE”	1.265	4.790
Excedente CCEAR	-	713
Outros	-	31
Total	37.439	38.128
Apresentados no ativo:		
Circulante	37.439	37.415
Não circulante	-	713

Contas a receber regulado (distribuidoras): representados por contas a receber de distribuidoras no âmbito de contratos adquiridos em leilões. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários. Possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Consumidores livres: representados por contas a receber de comercializadoras relativas à energia gerada pelos ativos de eólicos e liquidadas no curto prazo, ao preço de mercado, negociados pela Companhia e seus clientes livremente. Normalmente possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

MCP CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

Não há saldos relevantes em atraso em 31 de dezembro de 2021 e 2020, portanto, não foi necessário o registro de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Tributos a recuperar				
IRRF/CSLL	216	216	1.336	1.050
PIS/COFINS	-	-	710	690
Adiantamento a fornecedores	-	-	686	686
Partes relacionadas (Nota 16)	409	409	997	1.427
Despesas a apropriar	-	-	667	583
Outros	-	-	3.500	-
Total	625	625	7.896	4.436
Apresentados no ativo:				
Circulante	625	625	7.768	4.436
Não circulante	-	-	128	-

Partes relacionadas: referem-se a rateios de despesas pelo compartilhamento de estrutura, conforme detalhado na Nota 15.

7. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas consolidadas, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

7.1 Movimentação dos investimentos

	Controladora			
	Testa Branca I	Testa Branca III	Porto do Delta	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	57.182	42.950	46.606	146.738
Resultado de equivalência patrimonial	2.600	3.777	1.183	7.560
Dividendos mínimos obrigatórios	(617)	(897)	(290)	(1.804)
Redução de capital em controladas	(1.330)	(1.504)	(1.881)	(4.715)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	57.835	44.326	45.618	147.779
Resultado de equivalência patrimonial	7.007	5.448	4.514	16.969
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.664)	(1.294)	(1.080)	(4.038)
Redução de capital em controladas	(721)	(815)	(1.019)	(2.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	62.457	47.665	48.033	158.155

8. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no custo inicial do ativo imobilizado com base em projeções dos custos que se esperam incorrer para desmontar os parques eólicos e restaurar a localidade realizadas pela Companhia. Os valores são amortizados com base nos prazos de autorização dos parques e o passivo, registrado ao valor presente, é recomposto pela taxa de desconto estimada inicialmente, em contrapartida de uma despesa financeira.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

A política contábil para o teste de *impairment* do ativo imobilizado está descrita na Nota 10.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

Ao determinar o valor da provisão de descomissionamento, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a remoção de todo parque eólico e a época esperada dos referidos custos.

8.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Consolidado				
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Projetos em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	347.209	4.718	663	1.049	353.639
Adições	-	-	212	-	212
Depreciação	(17.254)	(196)	-	(5)	(17.455)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	329.955	4.522	875	1.044	336.396
Custo histórico	381.996	5.110	875	1.054	389.035
Depreciação acumulada	(52.041)	(588)	-	(10)	(52.639)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	329.955	4.522	874	1.044	336.396

8.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Consolidado				
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Projetos em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	364.156	4.910	634	956	370.656
Adições	300	5	29	96	429
Depreciação	(17.246)	(196)	-	(3)	(17.445)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	347.209	4.718	663	1.049	353.640
Custo histórico	381.996	5.110	663	1.054	388.822
Depreciação acumulada	(34.786)	(391)	-	(5)	(35.182)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	347.209	4.718	663	1.049	353.640

Não houve juros capitalizados ao imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A Companhia adquire empresas com projetos já concluídos de forma que não há capitalização de juros ao ativo imobilizado após o início de operação dos ativos.

Os empréstimos e financiamentos exigem alienação fiduciária sobre os ativos da Companhia.

Na Nota 11 há o detalhe dos empréstimos que exigem esse tipo de garantia.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2021 são as seguintes:

	Taxas médias anuais de depreciação
Máquinas e equipamentos	4,1%
Edificações	3,7%
Outros	6,3%

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

9. TESTE DE IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Política contábil

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Essa indicação pode se dar por fatores internos decorrentes da eficiência operacional dos ativos ou externas em função do cenário macroeconômico e do comportamento dos preços de energia elétrica.

Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado, utilizando-se a metodologia do valor em uso, que consiste em apurar os fluxos de caixa futuros do ativo ao seu valor presente, utilizando o custo do capital, apurado por meio do WACC, para seu desconto. O teste de *impairment* é obrigatório quando houver ativo intangível com vida útil indefinida, conforme requer o CPC01.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua UGC, salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável quando aplicável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia determina seus fluxos de caixa com base nos orçamentos aprovados pela administração, os quais utilizam as seguintes premissas: (i) disponibilidade dos recursos hídricos e eólicos; (ii) custos e investimentos baseados na melhor estimativa com base em desempenhos passados; (iii) preços de venda consistentes com contratos e as projeções disponíveis para o PLD; (iv) vida útil de cada unidade geradora de caixa; e (v) taxas de desconto que refletem riscos específicos de cada unidade geradora de caixa. Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas. Portanto, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções o que pode afetar o valor recuperável dos ativos.

A Companhia possui apenas uma UGC, sendo apresentado abaixo um resumo dos saldos contábeis e a sua margem operacional:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021				
UGC	Imobilizado	Intangível	Ativo total	Margem operacional
Delta 2	336.396	12.953	349.349	50%

Com base no quadro apresentado anteriormente, é possível verificar que os ativos apresentam margem operacional positiva. A Companhia mantém modelos internos de projeção dos fluxos de caixa dessas UGCs para auferir os seus valores recuperáveis, os quais consideram a capacidade instalada de geração de cada empreendimento, bem como taxa de desconto de 6,87% a.a. em termos reais. A análise do resultado das projeções das margens operacionais descritas acima, bem como os indicadores financeiros de cada UGC denotam que não há indícios internos que os ativos possam estar com dificuldade em sua recuperação. A Companhia também não identificou fatores externos que indicassem existência de desvalorização de suas UGCs. Dessa forma, a Companhia concluiu não ser necessário realizar a apuração do valor recuperável para fins de teste de *impairment*.

Não há ativos intangíveis com vida útil indefinida nas UGCs.

A Companhia concluiu não ser necessário o reconhecimento de perdas por *impairment* em 31 de dezembro de 2021.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

10.1 Composição do saldo

	Passivo circulante		Passivo não circulante		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Contratos BNDES	15.203	14.817	225.635	240.002	240.838	254.819
Debêntures	4.395	2.538	27.858	29.270	32.253	31.808
Custo de transação	(102)	(103)	(573)	(673)	(675)	(776)
Total	19.496	17.252	252.920	268.599	272.416	285.851

Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

UGC	Instituição financeira	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	Consolidado	
						2021	2020
Delta 2	BNDES	Janeiro/2033	mensal	TJLP + 2,27%	Fiança bancária parcial, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	240.838	254.819
Delta 2	Debêntures	Dezembro/2026	semestral	IPCA + 7,38%	Fiança bancária parcial, conta reserva, compartilhamento garantias BNDES	32.253	31.808
						273.091	286.627

O prazo e custo médio nominal da dívida em 31 de dezembro de 2021 era de 5,9 anos e 7,69% a.a.

10.2 Movimentação do saldo

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures do exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2020	31.380
Pagamento de principal	(2.122)
Encargos financeiros pagos	(2.853)
Encargos financeiros provisionados	5.419
Amortização de custo de transação	71
Saldos em 31 de dezembro de 2021	31.896

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	285.851
Pagamento de principal	(16.136)
Encargos financeiros pagos	(19.705)
Encargos financeiros provisionados	22.305
Amortização de custo de transação	101
Saldos em 31 de dezembro de 2021	272.416

10.3 Cronograma de pagamento

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida consolidadas são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2022	17.868	20.688	38.556
2023	20.648	18.832	39.480
2024 a 2026	73.734	45.305	119.039
2027 a 2029	68.316	22.957	91.273
2030 a 2032	82.518	8.755	91.273
2033 a 2034	2.522	13	2.535
	265.606	116.550	382.156

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal e juros, bem como estimativa futura de taxas TJLP, inflação e dos juros contratuais.

10.4 Garantias

As garantias dos financiamentos são as usuais a um Project Finance, incluindo: contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos apresentados, alienação das ações da Companhia e suas controladas, e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

10.5 Covenants Financeiros

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (covenants), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). O não cumprimento desses covenants pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

Na tabela a seguir, demonstramos os covenants exigidos em 31 de dezembro de 2021 do grupo por UGC:

	ICSD	Índice financeiro
UGC Delta 2	≥ 1,25	N.A.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e as UGCs encontravam-se integralmente adimplente em relação aos seus respectivos covenants. O cálculo do atingimento do ICSD é apresentado a seguir:

	ICSD – BNDES 2021	ICSD – Debênture 2021
Geração de caixa das atividades (a)	50.615	53.342
(+) Lucro antes do IRPJ e CSLL	14.021	14.021
(+) resultado financeiro	23.841	23.841
(+) depreciações e amortizações	18.285	18.285
(+) IRPJ e CSLL apurados	(2.805)	(2.805)
(+) investimentos realizados (Nota 8)	(212)	N/A
(+) distribuição de capital devida (Nota 16.2)	(2.664)	N/A
(+) resgate de contas de reservas de serviço de dívida e O&M ⁽¹⁾	149	N/A
Serviço da dívida (b)	35.841	35.841
Amortização de principal	16.136	16.136
Pagamento de juros	19.705	19.705
ICSD auferido (a)/(b)	1,41	1,49

⁽¹⁾ Variação da rubrica “Caixa restrito” classificada no Ativo não circulante.

11. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2021	2020
Fornecedores O&M e serviços gerais	16	854
Compra de energia	1.154	5.127
Contas a pagar ACR	2.654	2.494
	3.824	8.475
Apresentados no ativo:		
Circulante	3.824	5.981
Não circulante	-	2.494

Fornecedores O&M e serviços gerais: representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1., a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos do parque.

Compra de energia: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas da UGC, de acordo com a estratégia de sazonalização.

Contas a pagar ACR: o saldo a pagar decorre do mecanismo de ajuste da contabilização CCEE, conforme descrito na Nota 8.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

Os impostos a pagar decorrem das obrigações fiscais correntes, apuradas mensalmente com base nas legislações fiscais e jurisdições nas quais a Companhia opera. Estão incluídos impostos apurados nas esferas municipais, estaduais e federais. Quando a Companhia é responsável tributária pelo recolhimento dos tributos de seus fornecedores, é efetuada a retenção desses tributos e recolhimento perante os órgãos competentes.

Saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são apresentados a seguir

	Consolidado	
	2021	2020
Obrigações tributárias		
IRPJ e CSLL a recolher	110	33
Impostos a pagar	1.968	2.100
Tributos retidos sobre terceiros	196	151
	2.274	2.284

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2020	2020
Dividendos (Nota 16)	2.664	547	2.664	547
Partes relacionadas (Nota 16)	64	63	8.782	9.520
Serviços	-	11	540	89
Provisões diversas	-	-	98	722
	2.728	621	12.084	10.878
Apresentados no passivo:				
Circulante	2.728	621	11.986	10.787
Não circulante	-	-	98	91

14. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Política contábil

A Companhia arrenda terras nos parques eólicos e vincula o arrendamento a um percentual sobre as receitas decorrentes da geração de energia dos empreendimentos. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos.

Todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, a Companhia reconhece um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um ativo representando o direito de uso correspondente ao ativo subjacente o prazo do arrendamento. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado.

Os saldos dos passivos de arrendamento da Companhia, organizados por UGC, são apresentados a seguir:

			2021
UGC	% Arrendamento sobre geração	Término	Passivos de arrendamentos
Delta 2	1,80	2043	14.603
Total			14.603
Apresentados no passivo:			
Circulante			1.372
Não circulante			13.231
Total			14.603

A taxa de desconto para o cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento é de 9,70%.

A movimentação do passivo de arrendamento é apresentada a seguir:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14.566
Juros incorridos sobre o passivo	1.355
Pagamento de arrendamentos	(1.318)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	14.603

15. PARTES RELACIONADAS

15.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

15.1.1 Controladora

	2021			2020		
	Ativo Outros créditos	Dividendos a pagar	Passivo Outras obrigações	Ativo Outros créditos	Dividendos a pagar	Passivo Outras obrigações
Omega	-	-	(58)	-	-	(58)
OE&II	-	-	-	-	(547)	(5)
UGC Delta 2	-	-	(6)	-	-	-
UGC Delta 5	409	(2.664)	-	409	-	-
	409	(2.664)	(64)	409	(547)	(63)

15.1.2 Consolidado

	2020					2019				
	Clientes	Ativo Outros créditos	Fornecedores	Outras obrigações	Passivo Dividendos a pagar	Clientes	Ativo Outros créditos	Fornecedores	Outras obrigações	Passivo Dividendos a pagar
Omega	6.139	27	(344)	(2.667)	-	-	451	-	(2.624)	-
OE&I	-	-	-	-	(2.664)	-	-	-	-	(547)
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UGC Assuruá	-	13	-	(32)	-	-	13	-	(13)	-
UGC Delta 1	78	494	(16)	(666)	-	78	494	(16)	(412)	-
UGC Delta 2	3.201	-	(3.201)	-	-	-	-	-	(860)	-
UGC Delta 3	-	3	-	(5.236)	-	-	3	-	(5.275)	-
UGC Delta 5	-	409	-	(1)	-	-	409	-	(1)	-
UGC Gargau	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-
UGC Indaiás	295	-	-	(1)	-	295	-	-	(1)	-
UGC Serra das Agulhas	-	2	-	(27)	-	-	-	-	-	-
Grupo Omega	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento	-	-	-	(17)	-	-	9	-	(85)	-
Comercializadora	22.002	49	-	(135)	-	21.678	48	(4.296)	(248)	-
	31.715	997	(3.561)	(8.782)	(2.664)	22.051	1.427	(4.312)	(9.520)	(547)

15.2 Demonstração de resultados

O grupo despesas administrativas refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros). Os valores positivos refletem o repasse de custos da Companhia para as partes relacionadas. Eventualmente são realizadas operações de compra e venda de energia entre partes relacionadas.

15.2.1 Controladora

Não tivemos receitas ou despesas intercompanhia afetando a controladora nos exercícios de 2021 e 2020.

15.2.2 Consolidado

	2021			2020		
	Receita operacional líquida	Administrativas, pessoal e gerais	Custo da operação, conversação e compras	Receita operacional líquida	Administrativas, pessoal e gerais	Custo da operação, conversação e compras
Omega	11.068	(2.691)	(2.429)	-	1.581	(9)
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	-	-	-	-	1
UGC Assuruá	-	-	(29)	-	8	(5)
UGC Delta 1	-	-	(329)	-	11	(149)
UGC Delta 3	-	-	-	-	-	(4)
UGC Serra das Agulhas	-	-	(40)	-	-	-
Grupo Omega Desenvolvimento	-	(18)	-	-	53	(7)
Comercializadora	-	(179)	-	11.347	161	(7.923)
	11.068	(2.888)	(2.827)	11.347	1.814	(8.096)

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sob a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido.

16.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$90.656, representado por 134.285.590 ações ordinárias e 6.040.350 ações preferenciais. As ações da Companhia são detidas integralmente pela controladora Omega Geração 1 S.A.

16.2 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado em 2020 é a seguinte:

Destinação de lucros	2021	2020
Resultado do exercício	11.216	2.304
(-) Reserva legal 5%	(561)	(115)
(=) Lucro líquido ajustado	10.655	2.189
Destinação dos resultados		
(-) Dividendos obrigatórios – 25%	(2.664)	(548)
Constituição de reserva estatutária para investimentos	7.991	1.641

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Consolidado	
	2021	2020
Vendas no ACL	8.767	9.368
Vendas ACR	53.968	51.237
Contabilização CCEE	4.666	2.875
Partes relacionadas	11.068	11.347
Impostos	(2.957)	(1.881)
	75.512	72.946

18. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS

	Consolidado	
	2021	2020
Compra de energia	(4.318)	(11.309)
Depreciação e amortização	(18.272)	(18.509)
O&M	(6.780)	(7.605)
Encargos regulatórios	(4.493)	(2.379)
Crédito de Pis e Cofins sobre custos	(746)	(449)
	(34.609)	(40.251)

Parcela substancial dos custos de O&M é contratada com prestadores de serviços terceirizados, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

A energia é adquirida de terceiros e tem como finalidade complementar a Geração da Companhia em relação à posição vendida pela Companhia na CCEE. Os créditos de PIS e COFINS decorrem substancialmente das compras de energia.

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Consolidado	
	2021	2020
Despesas de pessoal	(2.743)	(1.886)
Depreciação e amortização	(13)	(13)
Serviços de consultoria e auditoria	(244)	(235)
Publicações e propaganda	-	(79)
Outras	(145)	(55)
	(3.145)	(2.268)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	4	29	1.400	611
Outras receitas	-	-	-	26
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	-	(2)	-	(2)
	4	27	1.400	635
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.419)	(3.935)	(22.305)	(21.695)
Custo de transação	(72)	(71)	(100)	(100)
Comissão sobre fiança	(109)	(132)	(1.072)	(1.323)
Juros sobre arrendamentos operacionais	-	-	(1.355)	(1.354)
Outras receitas (despesas)	(139)	(50)	(409)	(969)
	(5.739)	(4.188)	(25.241)	(25.441)
Resultado financeiro líquido	(5.735)	(4.161)	(23.841)	(24.806)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda

com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente no seu reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreende no seu reconhecimento inicial o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Omega transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Hierarquia do valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para esses ativos.

21.1 Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações contábeis financeiras:

	2021	2020	Consolidado Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	27.594	21.579	A
Aplicações financeiras - Caixa restrito	13.588	12.499	A
Clientes	37.439	37.415	A
Empréstimos, financiamentos e debêntures	272.416	285.851	A
Fornecedores	3.824	8.475	A

A – Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia apresentados acima são classificados a nível 2 da hierarquia de valor justo.

* * *

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Delta 2 Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Delta 2 Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Delta 2 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022



Rafael Dominguez Barros
CT CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1